



APOSENTADORIA
Dilma veta PLC 274 e apresenta MP para fórmula 85/95

Página 2

ARTIGO

Um recado da CUT ao PMDB: vamos às ruas contra o retrocesso

Página 4

12ª CONCURTO

“Apoiaremos Dilma, mas ela terá que mudar a política econômica”

Página 3



REAJUSTE

MAIORIA ASSINA ACORDO MAS AINDA HÁ ÍTENS PENDENTES

Área Ambiental, INPI, Inmetro e Agências Reguladoras devem firmar acordos nestes dias. Faltam ainda o Dnit, Inkra e Cultura que rejeitaram a proposta

A maioria das categorias da base da Condsef que representa cerca de 500 mil servidores do Plano de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e de 15 carreiras correlatas, enfim, depois de extenuantes reuniões entre as Centrais Sindicais e Fórum dos Servidores Públicos Federais (SPF's) de diversos setores do funcionalismo público com a Secretaria Regional do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento tiveram resultado positivo na maioria das negociações com o Governo Federal. As reuniões começaram na Plenária Nacional da Confederação Nacional em setembro promovendo diversos outros encontros com as categorias que resultaram na aceitação dos servidores ao acordo de reajuste salarial com base no cumprimento dos itens emergentes dos SPF's, embora algumas entidades ainda ficaram com algumas pautas a serem definidas.

Em entrevista à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), disse que a campanha salarial deste ano foi difícil por causa da crise econômica. “Não foi de fato o que a gente queria, mas o que foi possível. O país atravessa um momento de crise política e financeira muito complexo”. De acordo com o sindicalista, o fator determinante para que as categorias chegassem a um entendimento com o governo foi o Ministério do Planejamento ter atendido a demanda dos servidores e dividido o ajuste em apenas dois anos. A proposta original do governo era conceder reajuste de 21,3% escalonado em quatro anos. “Para nós foi determinante, pois do jeito que estava apresentado, nos colocaria uma amarra e nós só poderíamos dialogar sobre remuneração novamente em 2019”, disse.

Mais de 780 mil servidores já firmaram acordo no Planejamento. O DNPM, Instituto Evandro Chagas (IEC) e a Ciência e Tecnologia garantiram a

Foto: Condsef



Maioria autorizou a assinatura do acordo proposto. “Não foi de fato o que a gente queria, mas o que foi possível,” disse Sérgio Ronaldo

reposição de 10,8% em dois anos (ago/2016 e jan/2017) aos servidores. A Condsef assinou também mais um termo, do Plano Especial de Cargos dos servidores administrativos do Ministério da Fazenda (PecFaz). Assim como os demais, o acordo assegura 10,8% na remuneração da categoria. Ainda no termo, reajuste nos benefícios (alimentação, creche, saúde) a partir de janeiro de 2016. Da base, apenas três categorias ainda aguardam confirmação de reuniões que devem ocorrer nos primeiros dias de novembro: Área Ambiental, INPI, Inmetro e Agências Reguladoras.

Embora os servidores do Dnit terem participado da reunião com o Planejamento, a categoria não autorizou a Condsef assinar o termo com o governo. Servidores do Inkra e da Cultura rejeitaram a proposta do governo e a Confederação seguirá buscando uma agenda para debater as pendências que ainda persistem, como a SRT informou às categorias que decidiram pela rejeição da proposta apresentada pelo governo.

Em Mato Grosso, durante assembleia geral ocorrida na sede do Sindicato

dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep-MT), os servidores haviam decidido recusar a proposta do Executivo. Para o presidente do sindicato, Carlos Alberto de Almeida, apesar da categoria do Estado manter esse posicionamento, os servidores tiveram que aderir ao acordo devido a decisão da maioria em plenária nacional.

Pendências - Algumas categorias que assinaram o acordo tiveram ainda alguns itens pendentes nas negociações. A Condsef ainda busca firmar acordo que assegura outras pendências, como reajuste em benefícios (auxílio-alimentação, assistência saúde e creche) a partir de janeiro do ano que vem, além da mudança de regras na contagem de gratificação para aposentadoria. Também está entre os itens contemplados as tabelas remuneratórias referentes a servidores administrativos dos níveis auxiliar e intermediário da Funai, além de um aditivo a ser incluído no termo dos servidores da Abin e tabela que assegura reposição de 10,8% a servidores

anistiados ainda não contemplados em termo de acordo. Outro ponto a ser definido é a formalização do acordo para reposição de dias parados de setores da base da Condsef que promoveram paralisações, cujo ponto foi cortado. A SRT informou que há possibilidade para reverter os descontos já lançados em folha e se comprometeu a devolver valores descontados no próximo contracheque.

O Planejamento dará prioridade às categorias que firmaram acordo nas negociações. Os outros setores porém, terão que aguardar o fechamento do ciclo de reuniões com as entidades já firmadas e aguardar um novo calendário de reuniões com as demais categorias. A luta ainda não acabou.

Tanto as entidades como o governo federal prometeram retomar o diálogo em março de 2017 para discutir e definir os temas passíveis de ser incluídos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2018. O Sindsep-MT junto com a Condsef vai continuar cobrando abertura de diálogo para a solução de pendências ainda existentes.

APOSENTADORIA

Rousseff veta PLC 274 e mantém fórmula 85/95

Presidente veta projeto que aumentava de 70 para 75 a aposentadoria compulsória e vai apresentar MP que mantém fórmula 85/95 e propõe regra de progressividade

A presidente Dilma Rousseff vetou, no último dia 23 de outubro, o projeto aprovado pelo Congresso Nacional que aumentava de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória (PL complementar 274/2015) em todo o serviço público no país, com proventos proporcionais. Com o veto, além dos servidores públicos civis, autarquias e fundações são contemplados, deixando de fora os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, dos Tribunais e dos Conselhos de Conta.

A justificativa de Dilma é de que, segundo a Constituição, a aposentadoria deve ser retratada unicamente pelo presidente da República, sendo assim o texto é considerado por ela inconstitucional. Além disso, a presidente defende que a medida só aumentaria o rombo na Previdência Social. A medida vale apenas quando o servidor optar por permanecer ativo até essa idade (70 anos). Com a nova idade, por exemplo, os servidores militares e da diplomacia têm limitações para ascensão aos cargos, ficando então sem atribuição por falta de postos de trabalho, ou seja, de forma ineficiente.

O texto é de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) e já havia sido aprovado pelo Senado em julho desse ano, mas como sofreu mudanças na Câmara dos Deputados, voltou a ser analisado pelos senadores e, posteriormente levado à sanção da presidente Dilma. Para o senador, a extensão da aposentadoria compulsória para os 75 anos de idade é vantajosa tanto para os servidores como para a administração pública.

"Este é um projeto que representa um jogo de soma positiva. É uma medida vantajosa seja para quem se aposenta, seja para o governo, do ponto

Moreira Mariz/Agência Senado



Senado aprova aposentadoria compulsória aos 75 anos, mas Dilma veta

de vista financeiro. O governo vai economizar mais de R\$ 1 bilhão por ano, com o aumento do tempo de serviço. Por outro lado, permite que muitos funcionários públicos que ainda não cumpriram o tempo de serviço possam se aposentar plenamente", explicou.

Desaposentação - Outro tema polêmico que tem agitado a bancada federal é a chamada "desaposentadoria", que representa a possibilidade de o aposentado fazer novo cálculo, cancelar o benefício já existente e dar entrada em uma aposentadoria mais vantajosa. Se aprovada, a proposta geraria uma economia de R\$ 800 milhões a R\$ 1,4 bilhão ao ano aos cofres da União.

Segundo levantamento da Advocacia Geral da União (AGU), no ano passado foram ajuizados 39.738 processos de desaposentadoria. De janeiro a agosto deste ano, outras 34.284 ações foram ajuizadas. O relator da ação, Ministro Luís Roberto Barroso, mostrou ser favorável à troca do benefício, quando o aposentado continua trabalhando e contribuindo para o INSS. Para ele, o novo cálculo do fator previdenciário

reduz o valor do benefício para desestimular aposentadorias precoces daqueles funcionários públicos que pensam em receber o benefício, ou seja, mais uma forma de encurralar os servidores para que continuem ativos.

Agora, resta ao Congresso analisar, na próxima sessão que deve ocorrer este mês, se mantém ou derruba esse veto. Atualmente, o Governo estima que 703 mil aposentados continuam trabalhando e contribuindo com a Previdência Social. Os SPFs devem continuar unificando as ações de mobilização para que o projeto seja autorizado e assim beneficiar aqueles que tanto contribuíram com o crescimento do país e dar-lhes um descanso merecido durante sua nova jornada.

Fórmula 85/95 - Dilma Rousseff vetou também, no dia 17, o texto aprovado pelo Congresso Nacional, que instituiu a fórmula 85/95 para cálculo das aposentadorias. No lugar do projeto do Congresso, o governo vai apresentar medida provisória MP que mantém a fórmula e propõe uma regra de progressividade, com base na expectativa de vida do cidadão.

Outubro, mês de assembleias nos polos regionais do Estado

Fotos: Kamila Schleich



Outubro foi o mês de intensas atividades. O Sindsep-MT, executando a política de interiorização, uma das promessas de campanha, visitou vários polos regionais do Estado, realizando assembleias nas quais foram discutidos vários assuntos de interesse dos servidores. Entre os temas mais debatidos foi sem dúvida a assinatura do acordo de reajuste salarial com a SRT, do Ministério do Planejamento. Como se sabe, a assembleia geral realizado pelo Sindsep disse não à proposta, mas a Plenária Nacional da Condsef, em sua maioria, decidiu pelo acordo.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: sindsepmt@gmail.com
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL Motta - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SV/S/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC
SUPLENTE DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB
SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE



Docentes da UFMT retomam aulas após 142 dias de paralisação

Considerada a mais difícil e longa greve da UFMT, docentes em assembleia geral decidiram acompanhar a indicação do Sindicato Nacional (Andes-SN) e encerrar a paralisação de 142 dias retornando às aulas no dia 19/10, mesmo sem acordo com o governo federal. Entre as principais reivindicações da categoria estão a reversão dos cortes de recursos para a educação e discussão efetiva da carreira docente. Os docentes avaliam que o grande avanço da greve foi no sentido político. Os diversos debates realizados em palestras e assembleias, além das trocas entre professores, estudantes e profissionais de outras categorias, em âmbito local e nacional, foram fundamentais para fortalecer a luta, que não se encerra com a greve. “É nesse momento que a categoria se une e reflete sobre as dificuldades e as questões que permeiam a vida acadêmica, o nosso cotidiano. Nesse momento o professor se torna aluno também e senta aqui, na assembleia, pra debater e aprender”, afirmou o professor Dorival Gonçalves, presidente da Associação dos Docentes da UFMT. (Com assessoria)

Marcha da Educação leva milhares as ruas da capital

Milhares de trabalhadores (as) da Educação Pública de Mato Grosso participaram da Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Escola Pública e por Nenhum Direito a Menos na sexta-feira, 23, em Cuiabá. Os manifestantes percorreram a Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Av. CPA) direção ao Palácio Paiaguás, à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT), passaram em frente ao Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça. O objetivo foi promover um alerta pelo desrespeito às leis.



Durante a passeata, o secretário de Políticas Sindicais do Sintep/MT, professor Júlio Viana, fez uma abordagem em frente ao Tribunal de Justiça (TJ) e destacou que a justiça é a garantia integral de todos os direitos instituídos na nossa Legislação, entre eles, o da Educação. Direitos conquistados pelas classes populares e que por atos adotados pelos executivos estadual e municipais não

asseguram aquilo que deveria ser garantido.

Na oportunidade, o sindicalista destacou que “em nenhum momento houve qualquer decisão do TJ sobre os desacatos às leis vigentes da Educação”. No entanto, ressaltou a atitude de repúdio do movimento por tratar como ilegal e abusivas as manifestações sindicais cerceando direitos e conquistas para o povo de Mato Grosso.

Entre os tópicos apontados aos poderes constituídos, o presidente do Sintep, Henrique Lopes do Nascimento, destacou a falácia do governo do Estado que atribui a baixa qualidade da Educação a proposta pedagógica desenvolvida; Ciclo de Formação. (Assessoria)

Bancários de MT encerram greve mas mobilização continua

Após 22 dias de greve, os bancários de Mato Grosso em Assembleia realizada no último dia 27, decidiram encerrar o movimento grevista, porém continuarão mobilizados, principalmente, por mais contratações de trabalhadores.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de Mato Grosso, José Maria Guerra, esta foi a maior greve dos últimos 20 anos. “O reajuste não atingiu o reivindicado pela categoria, mas também foi bem mais que os banqueiros ofereceram inicialmente”, afirma.

“Questões importantes para a categoria como mais segurança, melhores condições de trabalho e de saúde, fim das metas abusivas, fim da terceirização e outros temas importantes serão cobrados permanentemente pelo Sindicato”, aponta Guerra.

A proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), apresentada no 19º dia da greve e após três rodadas de negociação garantiram reajuste de 10% para os salários e para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e de 14% para os vales refeição e alimentação.

Os bancos aceitaram abonar 63% das horas dos trabalhadores de 6 horas, de um total de 84 horas, e 72% para os trabalhadores de 8 horas, de um total de 112 horas. Assim, após a volta ao trabalho, os bancários irão compensar, no máximo, uma hora por dia útil, até o dia 15 de dezembro. (com assessoria)

Foto: Arquivo pessoal/Facebook



Paridade de gênero foi a novidade desse ano. O Sindsep-MT esteve representado pelo seu presidente



12ª CONCURS

“Apoiaremos Dilma, mas ela terá que mudar a política econômica”

O aviso foi dado pelo presidente da CUT Wagner Freitas que também alfinetou a mídia golpista e o Poder Judiciário, que não foi constituído para fazer política e sim justiça. Recado também foi dado aos políticos. “Continuaremos lutando e ocupando o Congresso em defesa dos trabalhadores.”

A 12ª edição do Congresso da Central Única dos Trabalhadores - Concut -, esse ano, ocorrido entre 13 a 17 de outubro contou com a presença da atual presidente, Dilma Rousseff e o ex presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo foi de definir a nova diretoria executiva nacional da Entidade e dar direcionamento político à Central nos próximos 4 anos; O congresso aconteceu no Palácio de Convenções do Anhembi em São Paulo e teve como tema "educação, trabalho e cidadania – direto não se reduz, se amplia".

Segundo o presidente nacional da CUT, Wagner Freitas, essa foi a maior delegação internacional da história da entidade, com 200 representantes de 60 países, que elegeram a direção que comandará a Central até 2019. Ao todo são 44 nomes eleitos entre secretários e diretores executivos. A novidade desse ano é que, pela primeira vez na história, houve paridade de gênero, o que reflete a pluralidade da base cutista. O presidente ressaltou ainda a importância dos quatro mil sindicatos de base no movimento sindical.

"Aviso à mídia golpista que não haverá democracia enquanto não houver a democratização dos meios de comunicação. Aviso ao Poder Judiciário que ele não foi constituído para fazer política e sim justiça. Aviso aos deputados e deputadas que foram eleitos com financiamento empresarial e representam os patrões que continuaremos lutando e ocupando a Câmara para defender os trabalhadores. E aviso à Dilma que terá nosso apoio,

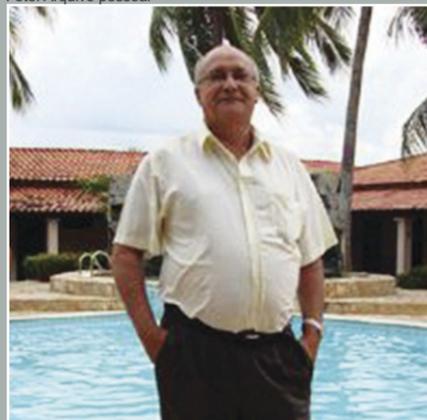
mas terá de mudar a política econômica", elencou.

O ex presidente Lula defendeu a importante liderança da presidente Dilma, reconheceu a dificuldade econômica do país e criticou a oposição, quando diz que o Brasil vive um dos momentos mais difíceis da economia, sem possibilidade de crescimento e emprego. Lula ressaltou a importância da CUT como entidade representativa dos trabalhadores e defendeu a entidade como uma base consolidada que, juntamente com outros movimentos sindicais avançam as barreiras e constrói soluções para as necessidades dos trabalhadores.

Dilma, em seu discurso, debateu o golpismo da oposição e comentou sobre as fortes reduções no orçamento, defendeu as prioridades em sua gestão e reforçou o seu compromisso com a sociedade trabalhadora, mesmo diante do atual cenário político e econômico do país. Na oportunidade Dilma apresentou em números as ações do seu governo nos programas sociais: Pronatec, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, entre outros.

Estiveram presentes também o ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad e representantes de entidades sindicais e movimentos sociais. O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida também esteve presente. Os Congressos da CUT ocorrem a cada três anos e além de eleger uma nova direção, definem os planos de luta traça o projeto político organizacional para o triênio seguinte.

Foto: Arquivo pessoal



Aos 69 anos, faleceu no dia 20/10, o servidor público Leonídio Borges Leal, em função de um traumatismo craniano, provocado possivelmente por uma queda. Ele estava internado na Amecor Cuiabá já alguns dias. Leonídio era enfermeiro formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e atuava no Dsei Xavante de Aragarças onde se tornou um dos mais conhecidos profissionais do Vale do Araguaia pelo seu excelente trabalho. Leal deixa oito filhos, cinco netos e um bisneto. O Sindsep-MT, em nome de todos os trabalhadores filiados, se solidariza com os familiares e amigos.

ARTIGO

Um recado da CUT ao PMDB: vamos às ruas contra o retrocesso

Ao contrário de tirar o país da crise, proposta do PMDB empurra ainda mais o país para a recessão, aprofundando a crise e as desigualdades sociais

Ao contrário de tirar o país da crise, o documento apresentado pelo PMDB nesta quinta, dia 29, vai empurrar ainda mais o país para a recessão, aprofundando a crise, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais.

O título, "Uma ponte para o futuro", já deixa claro que os peemedebistas estão se referindo ao futuro dos ricos, dos que sempre tiveram privilégios, muitos desses em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Eles não se constroem em escancarar que o PMDB é o partido dos patrões, do agronegócio, dos banqueiros, dos setores que mais lucram e menos investem no País.

Uma análise das propostas revela que o PMDB apresentou ao Brasil a agenda do retrocesso social e trabalhista, da retirada de direitos conquistados. Mais grave ainda, mostra que os membros do partido desconhecem totalmente as diferenças sociais deste país de dimensões continentais, rico em recursos naturais, que está entre os dez maiores países do mundo, mas bate recordes em desigualdades. Isso porque, é um país rico, porém, com muitos pobres que precisam desesperadamente de políticas sociais, de geração de emprego e renda e de um Estado indutor do desenvolvimento.

A proposta de idade mínima para aposentadoria - 65 homens e 60 mulheres - é um dos exemplos deste desconhecimento da reali-

dade brasileira. Os políticos do PMDB precisam saber o que nós aprendemos desde muito cedo, quando começamos a trabalhar antes de concluir os estudos para ajudar no sustento da família: o filho do trabalhador começa a trabalhar antes dos 16 anos, enquanto o filho do rico começa depois de concluir a faculdade. Essa proposta, portanto, penaliza o pobre, o filho do operário que terá de trabalhar mais tempo para se aposentar do que os filhos dos ricos.

O PMDB quer, também, rever o sistema de partilha, ou seja, quer abrir espaço para a privatização, vender o patrimônio nacional para os estrangeiros, como fez, diga-se de passagem, FHC com apoio dos peemedebistas.

O retorno do regime de concessão na exploração de petróleo interessa exclusivamente às grandes empresas do setor de petróleo e gás do exterior. Isso impede que os lucros dessa atividade permaneçam no País, além de reduzir os recursos do Fundo Social do Pré-Sal que garantirão o aumento dos investimentos em educação no futuro.

Quando à prevalência das convenções coletivas sobre as normas legais, conhecida como o "negociado sobre o legislado", a proposta peemedebista estabelece, na realidade, o fim da CLT e coloca em risco todos os direitos da classe trabalhadora, conquistados ao longo de mais de 80 anos de luta. É clara a intenção dos políticos do PMDB de anular os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Outra proposta que vai contra os interesses dos brasileiros é a que acaba com as vinculações constitucionais ao orçamento, como nos gastos com educação e saúde. Essas políticas são prioritárias para qualquer país que queira se tornar desenvolvido e, justamente por isso, têm gastos mínimos determinados na Constituição. Na prática, a proposta do PMDB é que sejam retirados recursos dessas áreas para pagamento de juros da dívida pública.

Ainda mais cruel é a proposta de fim de "todas" as indexações. Ela se refere apenas a salários e benefícios, o que significa o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo e dos reajustes dos aposentados e pensionistas. Isso causaria uma queda enorme no poder de compra das camadas mais humildes da população, afetando o consumo das famílias e, consequentemente, ampliando ainda mais a recessão econômica. Além de piorar a distribuição de renda.

Já a criação de um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB causaria um enorme arrocho salarial aos servidores públicos, que precisam ser valorizados e bem remunerados para prestarem bons serviços a população.

Paradoxalmente, há um dado positivo neste manifesto: ele expõe a verdadeira face do PMDB para aqueles que ainda não a conheciam, deixando claro que o partido não tem compromisso com os trabalhadores e as traba-

lhadoras.

Para eles, o papel do Estado é retirar direitos. Para nós, o papel do Estado é investir no social, reduzir as desigualdades e as injustiças sociais. É essa a diferença entre quem luta pelos direitos da classe trabalhadora e os que querem tirar o que conquistamos e impedir a ampliação das conquistas.

O que é paradoxal é que o presidente do PMDB, Michel Temer, que assina o documento, inclusive, é o atual vice-presidente da República, eleito em uma chapa que tem como proposta para o Brasil exatamente o contrário do que o documento peemedebista propõe. Afinal, qual é o papel do PMDB no governo? É se comprometer com a implementação das propostas do chapa eleita ou fazer oposição interna ao governo do qual faz parte?

A CUT não concorda com as propostas do PMDB, nem tampouco com a política econômica que está sendo gestada pelo ministro Levy e que tem muito a ver com as propostas do PMDB.

A CUT vai combater nas ruas, com ação sindical e as armas da democracia qualquer proposta que retire ou reduza direitos dos trabalhadores.

Nenhum direito a menos.
Não ao retrocesso.

Vagner Freitas, presidente Nacional da CUT



NOME	DIA
WALCIRLEY FERNANDO ALVES BOLAK	08
LUDMILA CERQUEIRA SANTOS	15
THIAGO DO CARMO SOARES ARBEX	11
VALÉRIA KUCCHAR MATTE	25
ELIANE PEREIRA DE CARVALHO	28
CECILIA MARTINS SILVA	21
NELSO FORTUNATO OJEDA	20
HELOISA HUNGRIA DE SIQUEIRA	10
JOSE ROSSI	16
GILDO DIAS QUIRINO	08
FELICIANO VALUZ DA COSTA	19
MARIA CARMEM MARQUES	16
LUCIA HELENA DA ROSA	02
IRANY JOSE DA SILVA	02
NEUSA DIVINA DE JESUS	10
MARIA ALICE CAMPOS MENSCH	20
ENILDO GOMES	15
ALINE DAS GRAÇAS QUEIROZ	19
ADAIR DAS DOS SANTOS M. FIGUEIREDO	01
JORGE IVAR VANNI	10
DILSON NICHELE DOS SANTOS	10
ANTONIO GOMES MACEDO	23
TERESINHA DE JESUS DOS SANTOS	13
BENEDITO EIDE FERRAZ	29
CLAUDIO FLORENCIO DA SILVA	30
JOAO DE ARRUDA MACIEL	11
VALDO JOSE BATISTA NUNES	20
MARIA ZILENE DE SOUZA FORTALEZA	25
CARLOS ANTONIO SEBASTIAO SILVA	03
FRANCISCO VALDERINO CORREA	25
JOSE ANTONIO DA SILVA	08
LUCILDO GRIEP KIESSLER	19
PEDRO PAULO LOPES	08
JOSE TORRES DA MASCENA	16
JOAO ANTONIO ROMAO	06

ALUISIO DIAS DA COSTA	02
ANDRE RUFINO DA SILVA	30
JOSE CARLOS DE CAMPOS FILHO	15
LUIS CARLOS NERES DE OLIVEIRA	01
ATHAIDE BASTOS GUIMARAES	28
AMENAIDES BASTOS GUIMARAES	20
MARCOS DE DEUS DA SILVA	30
HELIETE PEREIRA DE OLIVEIRA	29
JOSE NERY VIEIRA FERRAZ	03
IVNA MONTEIRO ANTUNES	11
JOSE RICARDO BENTO DE ARAUJO	08
MARLEZE DE ABREU LIBRA	21
MARIA MERCEDES ORRIGO F. MENDES	06
NILSON SANTOS DE MORAES	01
SEBASTIÃO EDMUNDO ABREU	20
AVELINO FERREIRA DE SOUZA	10
GILMAR JOSÉ BAÚ	27
DIVA RODRIGUES PINTO	20
LUIS AGRICOLA DA SILVA	04
AYRES DA LUZ	04
BENEDITO MARIO DE OLIVEIRA COSTA	30
EDMIRIAM DE MENDONÇA ARRUDA	08
IOLANDA FERREIRA DE LIMA	22
CARMELO EGUES ALVES	25
AGOSTINHO DA CONCEICAO	13
OTAVIO VILALVA	21
CLAUDIO MAURICIO BARROSO DE BRITO	26
EDMILSON LOURENCO MAXIMO	01
EDSON BENEDITO DE SOUZA	27
DELVANIR DE LISBOA	06
AURO CUSTODIO DA SILVA	21
LINDINALVA ZEILA DE ALMEIDA	17
DINIZ ALMEIDA DE BELEM	10
NICANOR CANDIDO DE RESENDE	02
JOSE JULIO PEREIRA	16
VALDETE FERREIRA DA SILVA	21
ALAIDE DE FATIMA CARDOSO	25
SILVIA MAIA DE AMORIM	05
MAURILO ESPINDOLA SANTANA	28
HELENA DA SILVA SIQUEIRA	24
MARIA SOARES SATO	01
ODEVANIL FRANCISCA RIBEIRO	03
NILCE SOARES CUIABANO	06
MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA BRAGA	20
MARTA SIMONE BOTELHO FEIJO	01
ANAIDE MARIA DA SILVA NUNES	02
VALDEMIRA NUNES DA SILVA	10

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Os deputados que atuam no Congresso	Sintomas do estágio secundário da sífilis	Tumor epidérmico de origem virótica	Marcha quase não usada na F1	Premiado programa infantil da TV Cultura	Objeto de estudo da halografia (Quim.)	Propriedades rurais e históricas, comuns no Vale do Paraíba
São Filipe (?), religioso florentino		Carla (?), atriz paulistana				
			Esgotamento nervoso (Med.)			
Bairro da região central de São Paulo			A Virgem dos Lábios de Mel (Lit.)	Israel Zangwill, escritor inglês		
Torcedor do campeão brasileiro de 2014 (fut.)		Orifício da pia	Rompe (o papel)	R	A	L
Ouvido, em inglês			Produto negociado na feira pecuária			Dar um (?): dar uma volta (gíria)
Adorno de cortinas e estofados (pl.)	Cereja-do-pará					
	Vinho com frutas					
Decagrama (símbolo)		"Ah, tá", na internet	Tinta, em inglês			"Desenvolvimento", em BNDES
			Inativo, em inglês	Período logue		
Palco da Guerra dos Seis Dias		Conjunção aditiva	Setor do porto		Prejuízo material	Estrutura do avião
Anunciou a morte de Bin Laden no dia 1º de maio de 2011			Diz-se dos pés descalços			Moléstia; doença
2, em romanos						O antigo "ph"
(?) jumping, esporte radical				Planeta pesquisado pela sonda Phoenix		

BANCO 3/reat — ink/4/dle — sa/s, 5/sinal 30

NOVOS QUADRINHOS EM CAPA DURA!

Nas bancas e livrarias.

Solução

E	L	A	M	S	S	B
F	S	N	N	I	L	
W	R	O	X	V	R	B
C	W	E	N	G	G	
E	R	D	I	I	V	N
D	V	I	V	G	V	O
S	E	N	V	W	S	V
A	T	O	E	C	V	J
D	H	O	C	R	V	E
N	O	T	V	E	Z	E
E	S	N	E	H	E	Z
Z	I	L	S	V	R	B
V	F	S	E	I	R	E
S	I	V	R	E	E	F